



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.
Companhia Aberta – Código CVM 13.765

CNPJ 90.076.886/0001-40 – NIRE 43300031161
Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado (RS)
Código de negociação na B3: MNPR3

Manual para Participação de Acionistas
e
Proposta da Administração

Assembleia Geral

Ordinária

Realização:

03 de maio de 2019 às 10:30 horas

SUMÁRIO

- 1) Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Relações com Investidores
- 2) Proposta da Administração
- 3) Informações Gerais sobre Assembleia Geral
 - 3.1 – Assembleia Geral Ordinária – AGO
- 4) Orientações para Participação nas Assembleias Gerais
 - 4.1 – Acionistas
 - 4.2 – Procuradores
- 5) Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação
- 6) Informações Complementares sobre as Matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária, de 03 de maio de 2019, 10h30min
 - 6.1 – Assembleia Geral Ordinária – AGO

Anexo I - Relatório Anual dos Administradores com Declaração da Diretoria Relativa aos Auditores Independentes, Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria

Anexo II - Parecer dos Auditores Independentes - Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S.

Anexo III - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Anexo IV - Parecer do Conselho Fiscal

Anexo V - Destinação do Lucro Líquido

Anexo VI - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia

Anexo VII- Currículos dos Candidatos Indicados para Administradores e as Informações Indicadas nos Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

Anexo VIII - Informações sobre a Remuneração dos Administradores

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Relações com Investidores

Lajeado (RS), 02 de abril de 2019.

Prezados Acionistas da Minupar Participações S/A.

É com satisfação que apresentamos a “Proposta da Administração” da Companhia, contendo todas as informações a respeito das matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 03 de maio de 2019 às 10h30min, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto.

Aproveitamos o ensejo para convidá-los para participarem da referida Assembleia Geral, a qual será realizada na sede da Companhia, localizada na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1.535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS).

Os assuntos a serem tratados constam da ordem do dia e estão descritos no Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS) e no jornal O Informativo do Vale (Lajeado-RS) publicados no dia 1º de abril de 2019 e estão disponíveis na página da rede mundial de computadores da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e B3, www.b3.com.br.

A Proposta em referência apresenta, de forma clara e objetiva, informações adicionais à Assembleia Geral, possibilitando aos Senhores participarem de questões relevantes para a Companhia, a qual vem atuando de modo a aprimorar suas práticas de Governança Corporativa.

Desde já colocamo-nos à disposição para informações adicionais a respeito do assunto em foco.

Cordialmente.

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente do Conselho de Administração

Samuel Heydt
Diretor de Relações com Investidores

2. Proposta da Administração

O Conselho de Administração da Minupar Participações S/A, vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 03 de maio de 2019:

1- Aprovar o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório da Auditoria Externa, e demais atos e documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018, enviados à CVM e B3 no dia 29 de março de 2019. (ANEXO I a IV)

2 - Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração - Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração pessoas naturais, residentes no País. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, o Presidente e até 2 vice-presidentes serão eleitos pelos seus membros, podendo ser reeleitos. (ANEXO VII)

3 - Fixar a Remuneração Global dos Administradores - Fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2019, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), cabendo ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração dos administradores. (ANEXO VIII)

4 - Não haverá deliberação sobre destinação do Lucro Líquido e distribuição de dividendos em virtude da Companhia ter registrado prejuízo, conforme disposto no Anexo 9, 1, II Instrução CVM n 481. (ANEXO V)

É o que o Conselho de Administração tem a propor e espera seja analisado e aprovado pelos Senhores acionistas.

Lajeado, 02 de abril de 2019.

Conselho de Administração

3. Informações Gerais Sobre Assembleia Geral Ordinária

As matérias relativas às Assembleias Gerais estão regulamentadas nos Arts. 121 a 137 da Lei 6.404/76 e nos Arts. 15 a 17 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das Assembleias Gerais é realizada mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora de realização, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria. A primeira convocação é realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e a segunda convocação com 8 (oito) dias.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Social com direito a voto e em segunda convocação com qualquer número de acionistas presentes.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

As Assembleias Gerais da Companhia serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por acionista indicado pelos presentes ou, na falta do Presidente do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os acionistas presentes.

3.1 Assembleia Geral Ordinária – AGO

De acordo com a legislação vigente, as Sociedades por Ações devem realizar a Assembleia Geral Ordinária no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, conforme determinado pela legislação vigente, serão disponibilizados aos acionistas: (i) Relatório Anual dos Administradores; (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras; (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia; (iv) Relatório dos Auditores Independentes; (v) Parecer do Conselho Fiscal, quando instalado e (vi) Comunicação de que os documentos da administração estão disponíveis, nos termos do disposto no art. 133 da Lei 6.404/76.

b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, será disponibilizada aos acionistas a proposta de destinação do lucro líquido, nos termos da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM 481/2009.

c) Eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. Quando a AGO for convocada para eleger administradores e/ou membros do Conselho Fiscal, até a data de publicação do primeiro anúncio de convocação, serão disponibilizados aos acionistas as informações exigidas pela legislação, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Poderão ser eleitas para os órgãos de administração, pessoas naturais, residentes no País, acionistas ou não.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os

membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é de 5% (cinco por cento).

Observadas as condições previstas nos §§ 4º e 5º do art. 141 da Lei 6404/76, é facultado aos acionistas minoritários que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto, eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração.

A legislação dispõe que as sociedades por ações terão um Conselho Fiscal e o Estatuto disporá sobre o seu funcionamento permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a próxima AGO.

De acordo com a Lei 6.404/76 e Estatuto Social, a instalação do Conselho Fiscal pode ser requerida por acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. No entanto a CVM, através da Instrução CVM 324, de 19/12/2000, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na Companhia o Conselho Fiscal poderá ser instalado, por solicitação de acionistas que representarem, no mínimo, 4% (quatro por cento) das ações ordinárias, com direito a voto.

Poderão ser eleitos para compor o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador em empresa ou Conselho Fiscal.

Conforme previsto no art. 18, § 2º do Estatuto Social, cabe ainda à Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A verba sendo votada de forma global caberá ao Conselho de Administração a sua individualização.

4. Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária

4.1 Acionistas

Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral, comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto a respeito das matérias a serem votadas.

Para participar e votar na referida Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte:

(i) Apresentar documento de identidade e constar no relatório obtido pela Companhia, junto a instituição financeira custodiante como titular das ações de emissão da Companhia. O referido relatório será emitido no dia anterior ao da realização da assembleia.

(ii) Os acionistas pessoas jurídicas, como sociedades empresárias e fundos de investimento, deverão ser representados de conformidade com seus atos constitutivos e deverão entregar os documentos comprobatórios da regularidade da representação.

Antes de se instalarem as Assembleias Gerais, os acionistas assinarão o Livro de Presenças, com a indicação de seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares e/ou representarem.

4.2 Procuradores

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

As procurações deverão ter o reconhecimento de firma do outorgante em tabelionato de notas e seus textos devem estar de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das Assembleias Gerais.

Conforme faculta o Art. 17 do Estatuto Social, visando dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das Assembleias Gerais, a comprovação de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério da administração, ser solicitados para que sejam depositados com antecedência de, pelo menos, 48 horas antes da previsão de realização das Assembleias Gerais. Cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico para o endereço dri@minupar.com.br.

O endereço da sede da Companhia para o envio dos documentos é:
Minupar Participações S/A. – Relações com Investidores
Av. Senador Alberto Pasqualini, 1535 – Bairro: São Cristóvão
CEP 95913-162 – LAJEADO (RS)

5. Aviso aos Acionistas, Edital de Convocação e Demonstrações Contábeis

O Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária, de que trata o Art. 124 da Lei 6404/76, a ser realizada no dia 03 de maio de 2019, serão publicados nas edições de 01, 02 e 03 de abril de 2019, nos jornais “O Informativo do Vale” e “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul”. As Demonstrações Contábeis serão publicadas nos jornais “O Informativo do Vale” e “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul”, na edição de 02 de abril de 2019.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os acionistas da Minupar Participações a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 03 de maio de 2019, às 10:30 horas, na sede da empresa, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia:

(a) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2018 (*);

(b) eleger os membros do Conselho de Administração (**); e

(c) fixar a remuneração dos administradores.

(*) Para participar e votar na Assembleia, os acionistas deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante de titularidade das ações, expedido por instituição financeira depositária. Em caso de representação por procuração, esta deverá ser depositada com antecedência de 48 horas, conforme faculta o disposto no art. 17 do Estatuto Social.

(**) A adoção do processo de voto múltiplo será requerida pelos detentores de, no mínimo, 5% do capital votante, conforme disposto na Instrução CVM nº 165/91 alterada pela nº 282/98.

Comunicamos que se encontram à disposição dos acionistas, na sede da empresa, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2018.

Lajeado, RS, 1ª de abril de 2019.

Antônio Carlos Rago Cano, Chao Em Ming, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis
Conselho de Administração

6. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária de 03 de maio de 2019.

Todos os documentos relativos à Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e B3, www.b3.com.br.

6.1 Assembleia Geral Ordinária – AGO

(a) Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2018.

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração, que as consideraram em condições de serem submetidas aos acionistas.

Tais documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram disponibilizados aos acionistas em nossa sede social, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, Lajeado (RS) a partir de 02 de abril de 2019.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia está disponibilizando os comentários dos administradores, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

(b) Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração.

Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração pessoas naturais, residentes no País. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, o Presidente e até 2 vice-presidentes serão eleitos pelos seus membros. O mandato dos conselheiros é de 1 (um) ano, podendo serem reeleitos.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98 estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é de 5% (cinco por cento).

(c) Fixar a Remuneração Global dos Administradores.

De acordo com a determinação da Lei 6404/76 e § 2º do art. 18 do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2019, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Cabe ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração dos administradores.

Anexo I – Relatório Anual dos Administradores referente ao exercício de 2018, com Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Contábeis de 2018 e Relatório dos Auditores Independentes de 2018;

Anexo II – Relatório dos Auditores Independentes, Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S, referente às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018;

Anexo III – Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018;

Anexo IV – Parecer do Conselho Fiscal;

Anexo V – Destinação do Lucro Líquido;

Anexo VI – Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia;

Anexo VII – Currículo dos Candidatos a membros do Conselho de Administração e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência;

Anexo VIII – Informações sobre a Remuneração dos Administradores.

Anexo I - Relatório da Administração

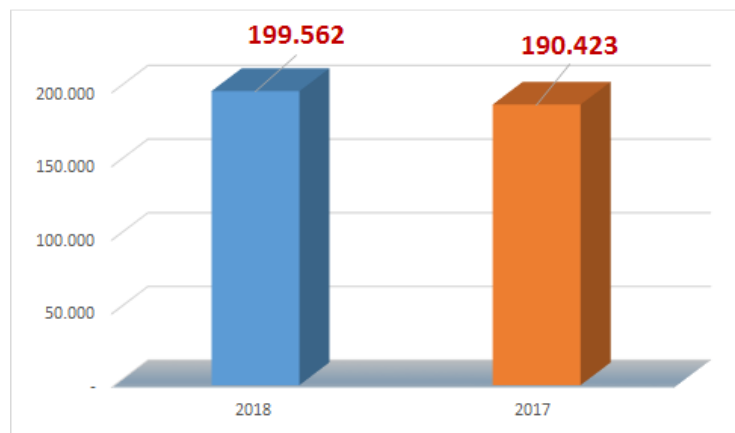
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. referentes ao exercício de 2018. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Receita Líquida

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2018 foi de R\$ 199.562 (R\$ 190.423 em 2017), resultando em um aumento percentual de 5%, ocorrido basicamente pelo crescimento das vendas de industrializados de carne.



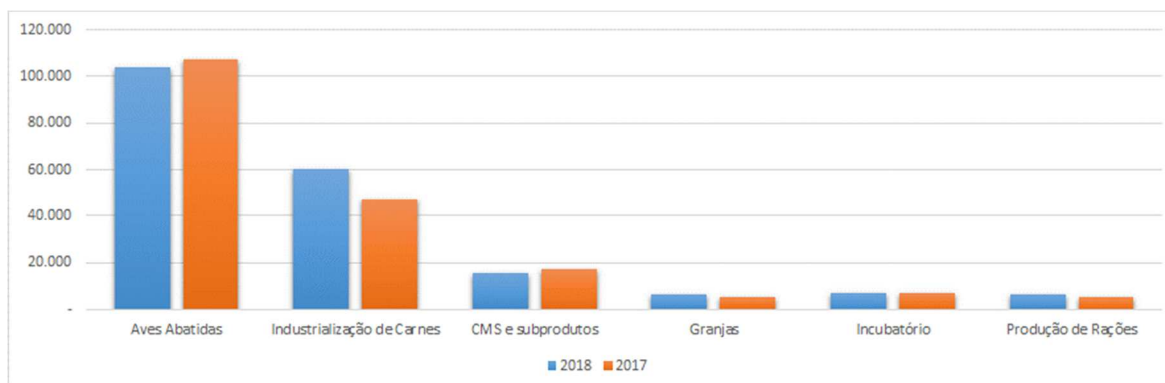
No quadro a seguir são apresentadas informações quantitativas e qualitativas relativas a atividades desenvolvidas pela Companhia.

Produção	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2018	2017	%	2018	2017	%	2018	2017	%
Aves abatidas (un/mil)	43.514	40.389	8%	-	-	0%	43.514	40.389	8%
Industrialização de carnes (ton)	6.027	4.440	36%	9.011	7.230	25%	15.038	11.670	29%
CMS e subprodutos (ton)	-	-	0%	3.457	4.796	-28%	3.457	4.796	-28%
Aves alojadas - pinhal	550.462	464.500	19%	-	-	0%	550.462	464.500	19%
Ovos produzidos - paraíso	7.842	8.825	-11%	-	-	0%	7.842	8.825	-11%
Produção Pintos (un/mil)	59.416	59.801	-1%	-	-	0%	59.416	59.801	-1%
Produção Rações (ton)	218.878	213.684	2%	-	-	0%	218.878	213.684	2%

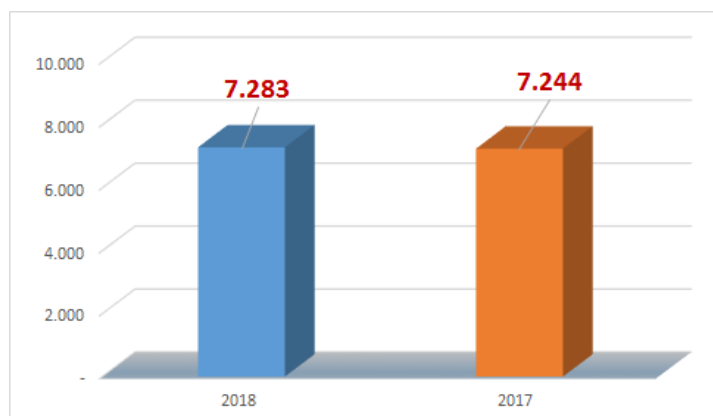
Informações em R\$ Mil

Segmento	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2018	2017	%	2018	2017	%	2018	2017	%
Aves Abatidas	103.825	107.589	-3%	-	-	0%	103.825	107.589	-3%
Industrialização de Carnes	21.820	18.221	20%	38.267	28.832	33%	60.087	47.053	28%
CMS e subprodutos	8.215	8.718	-6%	7.194	8.795	-18%	15.410	17.513	-12%
Granjas - Alojamento	5.169	4.398	18%	-	-	0%	5.169	4.398	18%
Granjas - Produção de Ovos	1.251	1.277	-2%	-	-	0%	1.251	1.277	-2%
Incubatório - Produção de Pintos	7.153	6.973	3%	-	-	0%	7.153	6.973	3%
Produção de Rações	6.668	5.620	19%	-	-	0%	6.668	5.620	19%
Total	154.101	152.796	1%	45.461	37.627	21%	199.562	190.423	5%

Faturamento anual de 2018 e 2017, comparativo por atividade:

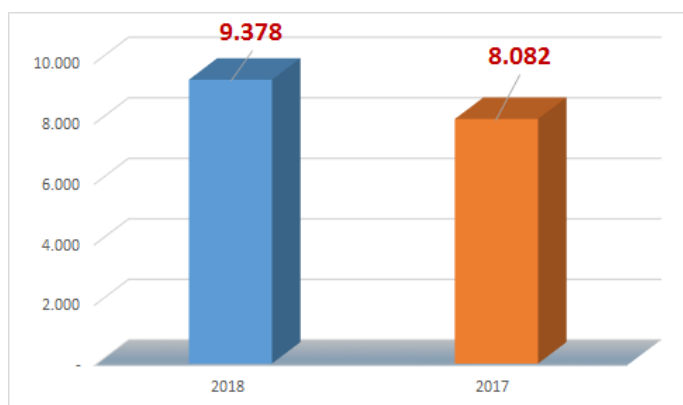


Despesas gerais e administrativas



Ao passo que a empresa apresenta aumento de sua receita líquida, as despesas gerais e administrativas consolidadas se mantiveram praticamente no mesmo patamar durante os dois últimos exercícios sociais, R\$ 7.283 em 2018 e R\$ 7.244 em 2017.

Despesas com vendas



As despesas com vendas durante o exercício de 2018 foram de R\$ 9.378 e para o exercício de 2017 foram de R\$ 8.082, sendo que este aumento de 16% está associado a aumento das vendas de industrializados. No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente as receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 4,24% em 2017 e 4,70% de participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas.

Rubricas	2018	2017
Receita Líquida	199.562	190.423
Despesas com Vendas	9.378	8.082
Relação %	4,70%	4,24%

Análise do EBITDA

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo líquido	(67.027)	(25.363)
(+ / -) Impostos correntes / (Impostos diferidos)	-	(837)
(+) Juros e atualizações monetárias	12.606	17.656
EBIT	(54.421)	(8.544)
(+) Depreciações e amortizações	6.016	6.336
EBITDA	(48.405)	(2.208)
(+ / -) Provisões / (Reversões) ¹	9.012	5.963
(+ / -) Despesas / (Receitas) não recorrentes ²	63.732	9.151
EBITDA ajustado	24.339	12.906

	2018	2017
Receita Líquida	199.562	190.423
Relação % EBITDA ajustado	12%	7%

- (1) Refere-se a provisões e ou reversões de contingências ou perda na avaliação de ativos, seja recebível ou ativos operacionais.

(2) Refere-se a despesas ou receitas não recorrentes registradas no exercício.

Conforme é demonstrado no quadro acima, o EBITDA consolidado da Minupar nos anos de 2018 e 2017 foi respectivamente, de R\$ 24.334 ou 12% da receita líquida e R\$ 12.906 ou 7% da receita líquida, representando uma melhora de 5p.p. em 2018. A melhoria de performance está relacionada basicamente ao aumento da taxa cambial e ao desempenho das operações com industrializados, o que possibilitou no aumento de volume de produção e ampliação da atuação no mercado africano, assim como maior participação nas vendas no mercado nacional.

Situação tributária

Com relação a situação tributária da Companhia, a Administração informa que durante o ano de 2018 ocorreram consideráveis avanços em relação a parcelamentos tributários no âmbito federal, no qual foram negociados cerca de 9 milhões de dívida, o que viabilizou a manutenção dos débitos incluídos no PERT em 2017.

Em consonância com a regularização dos parcelamentos federais, a Companhia realizou ainda a revisão dos passivos tributários federais, sendo que desta análise identificaram-se valores passíveis de ajuste, os quais foram imediatamente reconhecidos na contabilidade como é possível identificar pelas notas explicativas 15, 27 e 29.

Recursos Humanos

Situação	dez/17	dez/18	Variação	
			Qtde	%
Funcionários Ativos	2.318	2.317	(1)	-0,04%
Funcionários Afastados	296	278	(18)	-6,08%
Total	2.614	2.595	(19)	-0,73%

Conforme apresentado acima, o quadro de funcionários manteve-se basicamente no mesmo patamar, sendo que houve uma redução no número de funcionários que se encontravam afastados, reflexo dos esforços realizados pela Companhia na implantação de melhorias em processos dos setores de Recursos Humanos e SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, durante o ano de 2018.

Situação Jurídica

A Companhia encerrou o ano de 2018 com um total de 669 Reclamatórias Trabalhistas em andamento. Apesar de o número evidenciar um aumento de aproximadamente 6% em relação a 2017 (causado principalmente pelo fechamento da unidade de Passo Fundo, RS), todos os processos estão registrados em sistema interno e sendo cuidadosamente acompanhados pelo corpo jurídico da Companhia. Assim, considerando que eventuais demandas trabalhistas oriundas do evento ocorrido em Passo Fundo estão, agora, prescritas, a expectativa é de uma redução gradual no número de reclamatórias.

No que tange às demandas cíveis, a Companhia tem implementado medidas visando o adequado acompanhamento das ações, em especial as de maior repercussão financeira, de modo a minimizar os efeitos desfavoráveis e buscar o imediato implemento das ações que a beneficiam.

Perspectivas

A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos, com ênfase na modernização de suas plantas industriais e crescimento gradativo e sustentável da operação própria de industrializados, voltada à produção para os mercados interno e externo, bem como a consolidação dos contratos de parceria com terceiros e ainda alternativas de recomposição para solução de seus passivos tributários remanescentes.

Mercado de Capitais

O capital social da Companhia é de R\$ 120.108, composto por 7.100.100 ações. No transcorrer do ano de 2018, as ações da Companhia estiveram presentes em 3.115 negociações realizadas pela Bovespa, totalizando R\$ 5,3 milhões.

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e suas respectivas alterações, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. Informamos ainda que em atendimento ao prazo previsto para troca de auditores, a Companhia realizou a substituição de sua Auditoria Independente, passando a ser auditada no ano de 2018 pela empresa Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., a qual possui registro na CVM nº 01236-0.

Declaração da Administração

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009 e suas respectivas alterações, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões, individual e consolidada, expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 29 de março de 2019.

A Administração.

Anexo II – Relatório dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conselho e Acionistas da
MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Lajeado / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Minupar Participações S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Minupar Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas nas notas explicativas nº 01 e para o fato de que a Companhia incorreu em prejuízo consolidado de R\$ 67.027 mil e possui passivo a descoberto consolidado (patrimônio líquido negativo) de R\$ 359.992 mil em 31 de dezembro de 2018, possui endividamento tributário, conforme detalhado nas notas explicativas 15 e 16. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em dezembro de 2018 a Companhia possui contrato de prestação de serviço de abates de aves, por prazo determinado, que mantém junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia. Conforme apresentado na Nota 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1, indicam a existência de incerteza

relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

1. Provisão Crédito Prêmio IPI

Conforme detalhado na nota explicativa 7.a, a Companhia possui o montante de R\$ 34.369 mil, referente ao saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Este processo foi analisado pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório com probabilidade de perda como “provável”. Considerando a avaliação e o atual estágio da ação, a administração manteve o registro da provisão para perda constituída no exercício de 2017, com isso, não afeta a posição patrimonial da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 8, 9, 10 e 11 a Companhia incorreu em prejuízo consolidado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia e suas controladas excedeu o total do ativo. Face à obrigatoriedade de testar anualmente o Impairment de intangíveis de vida útil indefinida e devido a existência de indicadores, a Companhia avaliou a existência de redução ao valor recuperável em relação a esses ativos, levando em consideração a sua unidade geradora de caixa ("UGC") e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-contábeis desenvolvidos internamente. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa e valor de mercado (valor justo) para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros a obtenção junto a administração da Companhia o entendimento do processo operacional de revisão, preparação e validação do fluxo de caixa projetado preparado por Companhia. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como preços de venda, custos operacionais e projeções de fluxos de caixa, bem como a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Baseados nos procedimentos, consideramos recuperáveis os ativos relacionados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre Valor recuperável (*impairment*).

2. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui parcelamentos tributários de diversas modalidades sendo parte integrante dos programas de parcelamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), possui parcelamentos de débitos fiscais parcelados previstos na Medida Provisória 470/2009, Leis 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.043/14, Lei 13.496/17 (PERT). Devido à relevância dos montantes reconhecidos como passivo tributário, oriundos principalmente de impostos parcelados, e ao fato de a Companhia, com o auxílio de seus assessores ter que exercer julgamento para determinar a sua mensuração e reconhecimento, e ao fato que mudanças nas condições externas podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram obtenção de evidências sobre o risco de perda considerado pela Companhia, posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais preparados por assessores tributários e/ou jurídicos, bem como a obtenção dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos envolvendo o diagnóstico e revisão dos impostos e contribuições federais mais relevantes, bem como:

- Avaliamos a conciliação entre os extratos de parcelamento dos órgãos governamentais na data-base de 31 de dezembro de 2018 e o passivo tributário registrado pela Companhia.
- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.
- Identificamos os pagamentos dos passivos tributários registrados durante o exercício e confrontamos com as guias de liquidação.
- Para o passivo tributário parcelado e que se encontra em processo de homologação perante os órgãos governamentais, obtivemos confirmação da situação da homologação através de consulta no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) emitido pela Companhia.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre os parcelamentos tributários.

3. Obrigações tributárias não parceladas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 15, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui obrigações tributárias não parceladas, em função dos montantes envolvidos e de que em dezembro de 2018 a Companhia efetuou junto aos órgãos fiscais uma reconciliação dos débitos com os seus saldos contábeis e com os processos tributários em tramitação em diferentes esferas administrativas e judiciais, bem como avaliou-se as compensações realizadas utilizando o Crédito Prêmio IPI o qual está sob discussão judicial, conforme detalhado em nota explicativa nº 7.a e em 31 de dezembro de 2018 a Companhia em conjunto com a conciliação realizada de obrigações tributárias avaliou saldos glosados referente a este crédito, o qual recompôs o saldo, e ao fato de que as mudanças nos valores registrados

podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração, revisão das bases de cálculos para os tributos correntes e divulgação das obrigações tributárias, bem como:

- Avaliamos os argumentos e as opiniões legais, preparadas por consultores independentes contratados pela Companhia, que suportam a avaliação da probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, as quais fornecem informações sobre a natureza de cada tributo, esfera de cobrança, exposição e os valores registrados.
- Avaliamos as bases de cálculo dos tributos corrente em conjunto com as legislações fiscais vigentes.
- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração, os valores dos extratos emitidos junto a Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), bem como os documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre as obrigações tributárias.

4. Provisões e passivos contingentes – cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 19, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes passivas em uma série de processos judiciais relacionados a discussões cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal do negócio os quais envolvem montantes elevados. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente de litígio. Portanto a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões para contingências, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo. Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, combinado com a definição do momento adequado da competência para fins de reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia; inspeção de atas de Reuniões de Diretoria e do Conselho de Administração; discussões com a Administração e com seus assessores jurídicos sobre a evolução das principais causas, e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as estimativas preparadas pela Administração na determinação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas e revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório dos auditores independentes datado de 19 de março de 2018, sem modificação de opinião e contendo parágrafo de incerteza sobre a continuidade operacional, parágrafos de ênfase sobre: realização do Crédito Prêmio de IPI registrado, PERT – Programa especial de regularização tributária e sobre os passivos tributários parcelados. Adicionalmente na opinião relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, continha como principais assuntos de auditoria “PAA” sobre os assuntos relacionados ao (1) crédito prêmio IPI, (2) PERT – Programa especial de regularização tributária, (3) Propriedade para Investimentos, (4) Provisões e passivos contingentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 29 de março de 2019.

Sergio Laurimar Fioravanti

Contador – CRCRS nº 48.601

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360



Anexo III - Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de R\$)

	NE	Controladora		Consolidado			NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017		
Ativo Circulante						Passivo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	244	237	Fornecedores	13	265	277	7.531	6.710
Contas a receber	5	-	-	24.938	17.171	Salários e encargos sociais a pagar	14	150	150	12.229	12.650
Estoques	6	-	-	6.164	5.409	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	229	156
Adiantamentos a fornecedores		-	-	4	78	Adiantamento de clientes	5	-	-	385	1.265
Impostos a recuperar	7	2	3	926	1.894	Obrigações tributárias	15	5	5	390.977	325.090
Outros ativos		-	-	3.374	3.355	Parcelamentos	16	32	31	6.178	4.787
Total do Ativo Circulante		2	3	35.650	28.144	Impostos diferidos	17	-	-	454	454
						Outros passivos		-	-	1.287	759
						Total do Passivo Circulante		452	463	419.270	351.871
Ativo Não Circulante						Passivo Não Circulante					
Depósitos judiciais	19	1	1	13.019	5.352	Partes relacionadas	18	20.375	17.629	32.972	28.939
Partes relacionadas	18	5.774	18.526	-	12.752	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	468	1.317
Outros ativos	8	10.637	-	13.479	3.556	Parcelamentos	16	283	302	44.219	38.705
Impostos a recuperar	7	-	-	34.437	34.514	Impostos diferidos	17	-	-	16.106	16.582
(-) Provisão para perda	7	-	-	(34.369)	(34.369)	Provisão para contingências	19	-	-	30.452	27.120
Propriedade para investimento	9	-	-	31.160	31.217	Provisão para perda de investimentos	9	354.938	292.804	-	-
Imobilizado	10	-	-	90.242	90.456	Outros passivos		-	-	410	354
Intangível	11	-	-	287	303	Total do Passivo Não Circulante		375.596	310.735	124.627	113.017
Total do Ativo Não Circulante		16.412	18.527	148.255	143.781	Patrimônio Líquido					
						Capital social	20	120.108	120.108	120.108	120.108
						Ajuste de avaliação patrimonial	20	41.710	41.710	41.710	41.710
						Reserva de reavaliação		3.666	3.666	3.666	3.666
						Prejuízo acumulado		(523.126)	(456.160)	(523.126)	(456.160)
						Outros resultados abrangentes	20	(1.992)	(1.992)	(1.992)	(1.992)
						Patrimônio Líquido atribuível aos controladores		(359.634)	(292.668)	(359.634)	(292.668)
						Participação dos não controladores		-	-	(358)	(295)
						Total do Patrimônio Líquido		(359.634)	(292.668)	(359.992)	(292.963)
Total do Ativo		16.414	18.530	183.905	171.925	Total do Passivo		16.414	18.530	183.905	171.925

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	23	-	-	199.562	190.423
Custos operacionais	24	-	-	(154.817)	(154.623)
Lucro bruto		-	-	44.745	35.800
Outras receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	25	(458)	(382)	(7.283)	(7.244)
Com vendas	26	-	-	(9.378)	(8.082)
Outras despesas operacionais	27	(2.116)	(4)	(20.022)	(42.575)
Outras receitas operacionais	28	12	-	1.587	27.318
Total despesas operacionais		(2.562)	(386)	(35.096)	(30.583)
Resultado antes da equivalência patrimonial		(2.562)	(386)	9.649	5.217
Resultado de equivalência patrimonial	9	(62.134)	(23.309)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(64.696)	(23.695)	9.649	5.217
Despesas financeiras	29	(2.270)	(1.724)	(77.094)	(31.809)
Receitas financeiras	30	-	80	418	392
Resultado financeiro		(2.270)	(1.644)	(76.676)	(31.417)
Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social		(66.966)	(25.339)	(67.027)	(26.200)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	-	7.845
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	-	(7.008)
Prejuízo líquido do período		(66.966)	(25.339)	(67.027)	(25.363)
Prejuízo do período atribuído aos acionistas controladores		-	-	(66.966)	(25.339)
Prejuízo do período atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(61)	(24)
Prejuízo diluído por ação		(9,43170)	(3,56882)	(9,44029)	(3,57220)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do período	(66.966)	(25.339)	(66.966)	(25.339)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	6.016	6.336
Provisão para riscos de créditos	-	-	109	166
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos	-	-	87	157
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(476)	(501)
Participação de minoritários	-	-	(61)	(24)
Baixa de bens do imobilizado e intangível	-	-	21	1.070
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	7.263	5.325
Provisão de impairment	2.115	-	2.115	973
Atualização de passivos tributários	-	-	74.212	17.499
Anistia fiscal conforme lei 13.496/17	-	-	-	(25.218)
Realização do prejuízo fiscal	-	-	-	(7.845)
Provisão para perda de impostos	-	-	-	34.369
Resultado de equivalência patrimonial	62.134	23.309	-	-
	(2.717)	(2.030)	22.320	6.968
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	-	-	(7.876)	(3.059)
Estoques	-	-	(755)	441
Impostos a recuperar	1	-	1.045	1.389
Adiantamento a fornecedores	-	-	74	(31)
Outros ativos	-	-	695	1.203
Depósitos judiciais	-	(1)	(7.667)	(2.091)
	1	(1)	(14.484)	(2.148)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(12)	-	821	(958)
Obrigações tributárias	(18)	(140)	(230)	4.624
Salários e encargos sociais a pagar	-	(37)	(421)	2.429
Adiantamento de clientes	-	-	(880)	(678)
Provisão para contingências	-	-	(3.083)	(2.842)
Outras obrigações	-	-	584	(855)
	(30)	(177)	(3.209)	1.720
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(2.746)	(2.208)	4.627	6.540
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição imobilizado	-	-	(5.711)	(5.415)
Aquisições de intangíveis	-	-	(39)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	-	(5.750)	(5.415)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(863)	(929)
Fluxos com partes relacionadas	2.746	2.207	1.993	(571)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	2.746	2.207	1.130	(1.500)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)	7	(375)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	-	1	237	612
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-	-	244	237
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)	7	(375)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora					Consolidado						
	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros (Prej.) acum.	Outros Result. Abrang.	Patrim. Líquido	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros (Prej.) acum.	Outros Result. Abrang.	Patrim. Líquido	Particip. dos Não Control.	Patrim. Líquido Consol.
Saldos em 31 de dezembro de 2017	120.108	45.752	(431.197)	(1.992)	(267.329)	120.108	45.752	(431.197)	(1.992)	(267.329)	(271)	(267.600)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(25.339)	-	(25.339)	-	-	(25.339)	-	(25.339)	(24)	(25.363)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	(237)	237	-	-	-	(237)	237	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	120.108	45.515	(456.299)	(1.992)	(292.668)	120.108	45.515	(456.299)	(1.992)	(292.668)	(295)	(292.963)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(66.966)	-	(66.966)	-	-	(66.966)	-	(66.966)	(61)	(67.027)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	(781)	781	-	-	-	(781)	781	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	120.108	44.734	(522.484)	(1.992)	(359.634)	120.108	44.734	(522.484)	(1.992)	(359.634)	(356)	(359.990)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo líquido do período	(66.966)	(25.339)	(67.027)	(25.363)
Resultado abrangente total	(66.966)	(25.339)	(67.027)	(25.363)
Atribuído aos acionistas controladores			(66.966)	(25.339)
Atribuído aos acionistas não controladores			(61)	(24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas	-	-	211.475	200.927
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	210.410	199.342
Outras receitas	-	-	1.174	1.751
Provisão para riscos de créditos	-	-	(109)	(166)
Insumos adquiridos de terceiros	(2.322)	(238)	(106.697)	(124.598)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(13.659)	(23.599)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.322)	(238)	(93.038)	(100.999)
Valor adicionado bruto	(2.322)	(238)	104.778	76.329
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(6.016)	(6.336)
Valor adicionado líquido produzido	(2.322)	(238)	98.762	69.993
Valor adicionado recebido por transferência	(62.123)	(23.229)	20.831	25.959
Resultado de equivalência patrimonial	(62.134)	(23.309)	-	-
Receitas Financeiras	-	80	418	392
Outras	11	-	20.413	25.567
Valor adicionado total a distribuir	(64.445)	(23.467)	119.593	95.952
Distribuição do valor adicionado	(64.445)	(23.467)	119.593	95.952
Remuneração do Trabalho	206	142	88.870	78.426
Remuneração direta	172	132	72.820	63.218
Benefícios	34	10	10.384	9.814
FGTS	-	-	5.666	5.394
Remuneração do Governo	47	6	20.658	9.674
Federais	47	6	14.347	7.606
Estaduais	-	-	6.311	2.068
Remuneração Capitais de Terceiros	2.268	1.724	77.092	33.215
Juros	2.268	1.724	77.092	31.809
Outros	-	-	-	1.406
Remuneração de capitais próprias	(66.966)	(25.339)	(67.027)	(25.363)
Prejuízo do exercício	(66.966)	(25.339)	(66.966)	(25.339)
Participações de minoritários	-	-	(61)	(24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
(Em milhares de reais)

1 – Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 14, 15 e 16).

1.3 – Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantêm em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis 11.941/09 e 12.996/14, conforme nota explicativa 16.

Importante destacar, que o passivo tributário federal, reconhecido contabilmente, inclusive o que fora indicado em parcelamentos mantidos pela Companhia, continua sendo objeto do trabalho de revisão.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo, a manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As

operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

2 – Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 29 de março de 2019, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referente ao exercício de 31 de dezembro de 2018.

3 – Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

3.10.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.11 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM nº 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.12 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM nº 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM nº 564/08.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.18 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, "Impairment" e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do valor adicionado – DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são

apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

3.22 Adoção as novas normas contábeis

A partir de 01 de janeiro de 2018, entrou em vigência as referidas normas contábeis:

- a) Instrumentos Financeiros - IFRS 09, convertido pelo CPC 48 e traduzido pela NBC TG 48 e CVM 763/16; e
- b) Receita de Contrato com Cliente - IFRS 15, convertido pelo CPC 47 e traduzido pela NBC TG 47 e CVM 762/16.

3.22.1 Principais alterações trazidas no CPC 47

As orientações previstas na norma NBC TG 47 – Receita de Contratos com Clientes revogam e compilam as informações anteriormente apresentadas nas normas NBC TG 17 – Contratos de Construção e NBC TG 30 – Receitas, todavia as alterações não provocaram mudanças nas práticas já adotadas pela Companhia. Em análise realizada sobre as alterações trazidas no CPC 47, cabe ressaltar as que produzem maior relevância, estas referem-se a: obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, sobre tais alterações a Companhia informa que tais critérios não interferem em suas operações já existentes, pois os contratos relativos a venda possuem forte análise preventiva em relação ao risco de crédito com clientes, bem como não há índice histórico de perdas sobre créditos, também cabe ressaltar que as receitas são reconhecidas somente se atendidos todos os critérios previstos no CPC 47, deste modo a Companhia informa que está em Compliance com a referida norma e acrescenta que não fora afetada pelos impactos trazidos no CPC 47.

3.22.2 Principais alterações trazidas no CPC 48

De acordo com as orientações previstas na norma NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, foram alterados alguns dispositivos anteriormente previstos na norma NBC TG 38, de forma que a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, anteriormente estabelecida com critérios que previam a classificação como: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, passou a ser realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

4 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	-	-	5	4
Bancos - conta corrente	-	-	239	233
Total	-	-	244	237

5 – Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercado interno	-	-	21.572	13.629
Mercado externo	-	-	5.288	4.893
(-) Provisão para perda	-	-	(823)	(714)
(-) Vendas não efetivadas	-	-	(1.099)	(637)
Subtotal	-	-	24.938	17.171
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(385)	(1.265)
Saldo líquido de contas a receber	-	-	24.553	15.906

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos prontos	-	-	473	545
Produtos em elaboração	-	-	69	92
Matérias primas	-	-	1.123	1.084
Materiais de embalagem	-	-	1.443	1.086
Materiais de manutenção	-	-	2.319	2.129
Vendas não efetivadas	-	-	737	473
Total	-	-	6.164	5.409

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência. Através da adoção da deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado

a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

7 – Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRRF a recuperar	-	-	2	2
IRPJ a recuperar	-	1	2	3
CSLL a recuperar	2	2	2	2
PIS e COFINS a recuperar	-	-	4	41
ICMS a recuperar	-	-	618	1.529
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	96	115
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	202	202
Circulante	2	3	926	1.894
Crédito prêmio IPI s/ exportações	-	-	34.369	34.369 (a)
(-) Provisão para perda	-	-	(34.369)	(34.369) (a)
ICMS a recuperar - imobilizado	-	-	68	145
Não Circulante	-	-	68	145
Total	2	3	994	2.039

a) Crédito prêmio IPI

O montante de R\$ 34.369 mil refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2018 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como “possível”.

Tendo como base a avaliação apresentada no relatório dos assessores jurídicos da Companhia do processo em epígrafe, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 – “NBC TG 25”, aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, embora entenda que existe grande chance deste valor ser convertido no futuro.

Nos parágrafos a seguir se relata uma breve explanação sobre o histórico do processo vinculado ao crédito prêmio IPI:

No ano de 2009, com a decisão do supremo tribunal federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do decreto lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no ativo não circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em

janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Companhia, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de recurso voluntário ao conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na ação ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma ação anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo ministério do desenvolvimento indústria e comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª vara federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

8 – Outros ativos

Acerca do saldo apresentado em Outros Ativos em 31 de dezembro de 2018, cabe ressaltar que o montante de R\$ 10.637 refere-se a saldo de créditos oriundos de transferências financeiras realizadas junto a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda, o qual foi objeto de análise efetuada pela Companhia em 2018 a luz do que determina as orientações previstas no CPC 05, aprovado pela NBC TG 05 e CVM 642/10, nesta análise constatou-se à ausência de vínculo societário ou qualquer relação que pudesse caracterizar a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda como parte relacionada de Minupar Participações S.A., deste modo foi realizada a reclassificação contábil do saldo anteriormente apresentado como “partes relacionadas”.

Anteriormente esta operação vinha sendo tratada com “parte relacionada” devido a intenção proposta inicialmente com a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda, todavia as operações não se concretizaram.

Em 31 de dezembro de 2018 foi realizada a revisão do referido crédito e identificou-se a necessidade de reconhecimento de impairment pelo valor de R\$ 2.115, conforme indicado na nota explicativa 27.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/12/2018 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	99,99%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2017	(214.900)	(77.904)	(292.804)
+/- Equivalência patrimonial	(45.575)	(16.559)	(62.134)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2018	(260.475)	(94.463)	(354.938)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	26.554	(7.110)	19.444	26.554	(7.110)	19.444
Máquinas e equipamentos	13.558	(7.439)	6.119	13.617	(7.461)	6.156
Outros	541	(364)	177	541	(346)	195
(-) Impairment	(2.320)	-	(2.320)	(2.320)	-	(2.320)
Total	46.075	(14.913)	31.162	46.134	(14.917)	31.217

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2018 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliária, e desta avaliação não foi identificada necessidade de ajuste por perda de ativo para este exercício.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/2017	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	19.444	-	-	-	-	19.444
Máquinas e equipamentos	6.156	-	(2)	-	(35)	6.119
Outros	195	-	-	(16)	(2)	177
(-) Impairment	(2.320)	-	-	-	-	(2.320)
Total	31.217	-	(2)	(16)	(37)	31.162

10 – Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	70.303	(20.582)	49.721	69.454	(18.646)	50.808
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	51.943	(32.049)	19.894	50.141	(28.726)	21.415
Moveis e utensílios	8,33%	4.107	(2.930)	1.177	4.310	(2.781)	1.529
Computadores e periféricos	33,33%	1.135	(788)	347	1.066	(671)	395
Veículos	20,00%	646	(622)	24	636	(579)	57
Imobilizações em andamento	-	3.484	-	3.484	656	-	656
Outros	-	14	(14)	-	16	(13)	3
Total		147.225	(56.985)	90.240	141.872	(51.416)	90.456

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/2017	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	50.808	179	-	(1.937)	671	49.721
Maquinas e equipamentos	21.415	1.455	(12)	(3.428)	464	19.894
Moveis e utensílios	1.529	54	(3)	(405)	2	1.177
Computadores e periféricos	395	85	(4)	(128)	(1)	347
Veículos	57	11	-	(44)	-	24
Imobilizações em andamento	656	3.927	-	-	(1.099)	3.484
Outros	3	-	-	(3)	-	-
Total	90.456	5.711	(19)	(5.945)	37	90.240

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

11 – Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	431	(292)	139	391	(236)	155
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
Total		579	(292)	287	539	(236)	303

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em				Transf.	Saldo em
	31/12/2017	Adições	Baixas	Amort.		
Softwares	155	39	-	(55)	-	139
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	303	39	-	(55)	-	287

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

12 – Empréstimos e financiamentos

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	189	117 (a)
Banrisul – consórcio	-	-	-	-	40	39
		Circulante	-	-	229	156
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	236	1.056 (a)
Banrisul – Consórcio	-	-	-	-	232	261
		Não circulante	-	-	468	1.317

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

13 - Fornecedores

Fornecedores nacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	265	277	7.531	6.710
Total	265	277	7.531	6.710

Conforme determina a deliberação CVM nº 564/08, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do ajuste a valor presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de operações passivas de curto prazo sobre as quais o ajuste a valor presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.

14 – Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisões de férias e 13º salário	-	-	7.891	7.581
Salários / Pró-labore a pagar	150	150	2.415	2.449
Rescisões a pagar	-	-	9	16
Outras obrigações a pagar	-	-	1.914	2.604
Total	150	150	12.229	12.650

15 – Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
INSS a recolher	4	4	203.508	202.421
FGTS a recolher	-	-	1.913	565
IRRF a recolher	1	1	507	430
IRPJ a recolher	-	-	94.776	78.316
CSLL a recolher	-	-	34.316	24.948
COFINS a recolher	-	-	43.340	14.333
PIS a recolher	-	-	9.176	1.337
Impostos Retidos	-	-	421	396
ICMS a recolher	-	-	1.757	1.702
Outros	-	-	1.263	642
Total	5	5	390.977	325.090

No decorrer do ano de 2018, com intuito de promover a transparência e uma visão realística das suas obrigações tributárias, a administração da Companhia aperfeiçoou seus controles internos, políticas institucionais e manuais de procedimentos operacionais. Nesse processo, foram identificados fatos novos, correspondentes às atuais obrigações relacionadas ao seu passivo tributário e encargos legais decorrentes, cuja avaliação da obrigação foi classificada com grande chance de exigibilidade e execução.

Diante da análise realizada em 2018, foi possível discriminar os débitos em duas categorias: valores no âmbito da RFB – Receita Federal do Brasil, e valores no âmbito da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no quadro abaixo são demonstrados os débitos de forma segregada.

	31/12/2018		
	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	31.540	171.968	203.508
FGTS a recolher	578	1.335	1.913
IRRF a recolher	507	-	507
IRPJ a recolher	4.311	90.465	94.776
CSLL a recolher	1.563	32.753	34.316
COFINS a recolher	2.521	40.819	43.340
PIS a recolher	547	8.629	9.176
Impostos Retidos	-	421	421
ICMS a recolher	170	1.587	1.757
Outros	642	621	1.263
Total	42.379	348.598	390.977

Os fatores destacados nesse processo apontaram a necessidade de recomposição de determinados débitos tributários, assim como atualização de encargos legais de parte do passivo tributário, em decorrência do que dispõe Lei nº 10.522/2002, cuja situação encontra-se em estágio avançado de cobrança, nos termos de prognóstico de probabilidade apurado com os critérios previstos na norma NBC TG 25. A análise dos fatores intrínsecos às avaliações supramencionadas foram formalizadas através de revisão feita pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais apresentaram parecer indicando que existe risco iminente em relação a cobrança das dívidas ajustadas.

16 – Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento – PERT (a)	-	-	1.103	1.006
Parcelamento - Lei 12.996/14	24	23	1.829	1.736
Parcelamento - Lei 11.941/09	8	8	8	8
Parcelamento – FGTS	-	-	642	628
Parcelamento – ICMS	-	-	203	1.336
Parcelamento – IOF	-	-	80	73
Parcelamento – Ordinário	-	-	2.313	-
Circulante	<u>32</u>	<u>31</u>	<u>6.178</u>	<u>4.787</u>
Parcelamento – PERT (a)	-	-	10.957	11.147
Parcelamento - Lei 12.996/14	243	255	18.291	19.525
Parcelamento - Lei 11.941/09	40	47	40	46
Parcelamento – FGTS	-	-	6.561	7.000
Parcelamento – ICMS	-	-	717	883
Parcelamento – IOF	-	-	20	104
Parcelamento – Ordinário	-	-	7.633	-
Não circulante	<u>283</u>	<u>302</u>	<u>44.219</u>	<u>38.705</u>

(a) A Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	<u>56.548</u> (i)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2017 (entrada)	(11.332)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
Saldo remanescente em 31/12/2017 parcelado em 145 vezes	<u>12.153</u>
(+) Atualização Selic de Jan-18 até Dez-18	972
(-) Pagamentos efetuados de Jan-18 até Dez-18	(1.065)
Total	<u>12.060</u>
Circulante	1.103
Não circulante	10.957

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes do previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	RS
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total			46.741	(9.349)	37.392		25.218

Há de se notar que não foi concedida anistia de multa, juros e encargos legais para as modalidades perante a Receita Federal do Brasil.

Após a adesão ao PERT, a Companhia recebeu e respondeu às intimações e aos avisos, os quais informavam a existência de possíveis causas de sua exclusão do parcelamento das modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por suposto descumprimento do artigo 1º, Parágrafo 4º, incisos III e V, da Lei 13.496/17, consoante disposto no artigo 17, incisos VII e VIII da Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017:

Diante disso, a Companhia tem adotado medidas para a sua manutenção no PERT, especificamente:

(i) Quanto aos débitos em aberto decorrentes da incidência sobre a redução das multas e do juros moratórios em virtude da adesão ao PERT de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Companhia buscou liquidar tais valores por meio de Declaração de Compensação, de procedimento administrativo sob nº 13052.720038/2019-57, a qual está sob análise do setor público fiscal competente.

(ii) Quanto aos débitos previdenciários em aberto, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário instituído pela Lei 10.522/2002, tratado no processo administrativo nº 13052.720.217/2018-11. O parcelamento está sob análise da fiscalização federal em razão da pendência de formalização de garantia nomeada nos autos das Execuções Fiscais nº 5000467-10.2018.4.04.7114 e 5003024-67.2018.4.04.7114, consoante determinando pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) Quanto aos débitos de Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Companhia busca a emissão de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF perante a Caixa Econômica Federal, tendo em vista que há regular penhora de bens relacionada à Execução Fiscal nº 5005346-94.2017.4.04.7114, cuja cobrança é combatida por meio dos Embargos à Execução Fiscal nº 5000691-11.2019.4.04.7114.

16.1 Programas de parcelamentos fiscais

A Companhia incluiu a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na lei nº 13.043/2014, contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída do parcelamento da lei 11.941/2009, por inadimplência. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do crédito prêmio IPI – exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por

compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao crédito prêmio IPI – exportação.

16.1.1 Medida provisória nº 470/2009

A Companhia formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na medida provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a receita federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de ação administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/2009	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(37.683)
Total	-

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R\$ 35.279 mil.

16.1.2 Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil – RFB e procuradoria geral da fazenda nacional – PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC. Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

17- Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	120	120
Total - Circulante	-	-	454	454
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	11.843	12.193
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	4.263	4.389
Total – Não circulante	-	-	16.106	16.582

18 – Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, tanto de suas controladas diretas como de sua controlada indireta foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2018 da seguinte forma:

- a) Minupar – em até R\$ 250 mil;
- b) Sulaves – em até R\$ 250 mil;
- c) Valepar – em até R\$ 250 mil; e
- d) Minuano – em até R\$ 1.200 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração percebida no ano de 2018:

	Controladora	Consolidado
Conselho de administração	94	94
Diretoria executiva	72	720

Os valores pagos durante o ano de 2018 a título de remuneração do conselho de administração e da diretoria executiva não ultrapassou os limites propostos na assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2018.

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Agostinho Carrer Part. Ltda	-	12.752	-	12.752	(i)
Valepar S/A	514	514	-	-	
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-	
Total	5.774	18.526	-	12.752	
Passivo não circulante	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	23.779	22.000	
Companhia Minuano	11.181	10.690	-	-	
Acionistas e outros	9.194	6.939	9.193	6.939	
Total	20.375	17.629	32.972	28.939	

(i) O montante de R\$ 12.752 referente crédito junto a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda foi reclassificado contabilmente para Outros Ativos, devido à ausência de vínculo societário entre as empresas (Nota explicativa 8).

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

19 – Provisão para contingência

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2018 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Natureza	31/12/2018			31/12/2017		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	10.521	3.543	6.978	13.593	2.163	11.430
Cível	19.931	9.476	10.455	13.246	3.189	10.057
Tributária	-	-	-	281	-	281
Total	30.452	13.019	17.433	27.120	5.352	21.768

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2018, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 48.680, destes, R\$ 29.045 são relativos a natureza civil e R\$ 19.635 são relativos a natureza trabalhista.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 7, 15 e 16.

20 – Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

21 – Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, a vigência do seguro corresponde ao período de abril de 2018 até abril de 2019, conforme demonstrado abaixo no quadro de valores em risco declarados:

Local de risco	Prédio	Máquinas	Mercadorias
Sede Administrativa	3.500	1.540	-
Abatedouros	27.000	36.500	5.500
Fábrica de embutidos	4.800	6.500	1.500
Fábrica de rações	7.000	4.500	1.500
Incubatório	5.000	4.000	300
Central de ovos	1.000	500	-
Granjas	8.892	400	300
Total	57.192	53.940	9.100

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

22 – Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 22% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

Conforme mencionado na nota explicativa 3.22.2 – Principais alterações trazidas no CPC 48, a Companhia informa que procedeu com análise das referidas orientações, e informa que, embora tenham ocorridas alterações significativas relativas a avaliação e classificação de ativos e passivos financeiros, não foi

identificado qualquer mudança de critério já adotado pela Companhia que pudesse causar impacto nas Demonstrações Contábeis e referidas notas explicativas.

23 – Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	164.640	46.629	211.269	159.763	40.508	200.271
(-) Impostos	(10.848)	-	(10.848)	(8.918)	-	(8.918)
(-) Devoluções	(378)	(481)	(859)	(434)	(496)	(930)
Receita líquida de produtos e serviços	153.414	46.148	199.562	150.411	40.012	190.423

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas no CPC 47 – Receita de contrato com cliente, conforme informado na nota explicativa 3.22.1 – Principais alterações trazidas pelo CPC 47.

24 – Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários	-	-	53.260	53.931
Matérias primas	-	-	26.368	27.071
Encargos sociais	-	-	13.626	13.175
Energia elétrica	-	-	12.302	12.635
Manutenção Industrial	-	-	8.560	9.677
Benefícios a empregados	-	-	9.698	9.197
Depreciações	-	-	5.600	6.010
Férias e 13º salário	-	-	4.701	5.804
Serviço de terceiros	-	-	5.329	5.003
Materiais de embalagem	-	-	4.531	2.660
Combustíveis e lubrificantes	-	-	1.784	1.630
Locações/Aluguéis	-	-	1.358	1.495
Indenizações trabalhistas	-	-	2.165	1.455
Equipamento de proteção	-	-	1.210	1.221
Taxas e encargos legais	-	-	488	944
Análises laboratoriais	-	-	1.097	868
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	590	537
Outros gastos	-	-	2.150	1.310
Total	-	-	154.817	154.623

25 – Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários	172	132	2.934	2.624
Serviço de terceiros	126	121	1.986	1.889
Encargos sociais	34	9	521	475
Benefícios a empregados	-	-	560	472
Depreciações	-	-	304	320
Férias e 13º salário	-	-	222	269
Indenizações trabalhistas	-	-	9	165
Manutenção industrial	-	-	69	104
Viagens e estadias	9	27	72	101
Taxas e encargos legais	45	2	114	83
Telefonia	-	-	71	80
Publicidade e propaganda	59	69	59	75
Energia elétrica	-	-	68	65
Outros gastos	13	22	294	522
Total	458	382	7.283	7.244

26 – Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	5.736	4.391
Custos aduaneiros	-	-	1.680	1.691
Salários	-	-	507	475
Serviço de terceiros	-	-	350	379
Publicidade e propaganda	-	-	323	257
Comissões sobre vendas	-	-	290	204
Provisões para perda	-	-	118	167
Encargos sociais	-	-	154	112
Telefonia	-	-	79	76
Análises laboratoriais	-	-	4	69
Férias e 13º salário	-	-	44	55
Benefícios a empregados	-	-	38	36
Abatimento sobre vendas	-	-	-	35
Combustíveis e lubrificantes	-	-	15	22
Viagens e estadias	-	-	29	21
Armazenagem	-	-	-	18
Depreciações	-	-	6	6
Outros gastos	-	-	5	68
Total	-	-	9.378	8.082

27 – Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Recomposição de débitos fiscais	-	-	9.718	79 (a)
Despesas gerais	1	4	920	1.638
Custo na alienação de ativos	-	-	17	64
Provisão para contingencias	-	-	7.211	6.055
Reversão de créditos tributários	-	-	41	370
Provisão para perda	2.115	-	2.115	34.369 (b)
Total	2.116	4	20.022	42.575

a) Conforme informado na nota explicativa nº 15, a administração da Companhia, através de sua assessoria jurídica, procedeu na revisão das bases de seus passivos tributários, e desta análise identificou-se a necessidade de atualização de alguns débitos tributários, os quais encontram-se em instância de cobrança judicial junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a classificação destes passivos com relação ao risco de perda foi atualizada como de “provável perda”, e o montante apurado foi de R\$ 9.718.

b) Conforme informado na nota explicativa 8 – Outros ativos, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia procedeu a revisão dos seus ativos, e desta análise identificou necessidade de reconhecimento de impairment no valor de R\$ 2.115, relativo a crédito oriundos de transferências financeiras realizadas com a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda..

O montante de R\$ 34.369 refere-se ao registro contábil de provisão para perda do crédito prêmio IPI realizado em 31 de dezembro de 2017, o referido crédito fiscal está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4, e devido a avaliação apresentada pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 para este processo, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 – “NBC TG 25”, aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, informações relacionadas ao crédito prêmio IPI estão apresentadas através da nota explicativa nº 7.

28 – Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos tributários	-	-	671	833
Receitas gerais	12	-	487	1.205
Receita na alienação de ativos	-	-	429	62
Benefício fiscal	-	-	-	25.218 (a)
Total	12	-	1.587	27.318

a) O montante de R\$ 25.218 refere-se a anistia de multa, juros e encargos legais concedidas através do PERT – programa especial de regularização tributária, detalhes relacionados ao racional e memória de cálculo dos valores estão apresentados através da nota explicativa nº16.

29 – Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Juros de atualização de dívidas tributárias	14	22	28.433	22.399 (a)
Juros de operações com partes relacionadas	2.255	1.702	8.373	6.673 (b)
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	86	1.203
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	425	1.019
Descontos financeiros concedidos	-	-	253	230
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	87	157
Juros sobre compra a prazo	-	-	121	122
Variações cambiais passivas	-	-	144	-
Encargos legais	-	-	39.170	- (c)
Outras despesas financeiras	1	-	2	6
Total	2.270	1.724	77.094	31.809

a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada com de valores em aberto.

- b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 18.
- c) Conforme informado na nota explicativa 15, a Administração da Companhia, através de sua assessoria jurídica, procedeu na revisão das bases de seus passivos tributários, e desta análise identificou-se a necessidade do reconhecimento de encargos legais de alguns débitos tributários, os quais encontravam-se em instância de cobrança judicial junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a classificação destes passivos em relação ao risco de perda foi atualizada como de “provável perda”, e o montante apurado foi de R\$ 39.170.

30 – Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Variações cambiais ativas	-	-	244	162
Descontos financeiros obtidos	-	75	75	78
Outras receitas financeiras	-	5	99	152
Total	-	80	418	392

31 – Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Frigorífico – Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	Receita bruta	85.795	73.131	125.474	127.140	-	-	211.269
Impostos e devoluções	(10.298)	(8.565)	(1.409)	(1.283)	-	-	(11.707)	(9.848)
Receita líquida	75.497	64.566	124.065	125.857	-	-	199.562	190.423
Custos	(49.264)	(47.134)	(105.553)	(107.489)	-	-	(154.817)	(154.623)
Lucro bruto	26.233	17.432	18.512	18.368	-	-	44.745	35.800
Despesas administrativas	-	-	-	-	(7.283)	(7.244)	(7.283)	(7.244)
Despesas com vendas	(9.378)	(7.756)	-	(326)	-	-	(9.378)	(8.082)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(17.907)	(41.602)	(17.907)	(41.602)
Provisão para perda	-	-	-	-	(2.115)	(973)	(2.115)	(973) (a)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	1.587	27.318	1.587	27.318
Resultado antes dos efeitos financeiros	16.855	9.676	18.512	18.042	(25.718)	(22.501)	9.649	5.217
Despesas financeiras	-	-	-	-	(77.094)	(31.809)	(77.094)	(31.809)
Receitas financeiras	-	-	-	-	418	392	418	392
Resultado antes dos tributos	16.855	9.676	18.512	18.042	(102.394)	(53.918)	(67.027)	(26.200)
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	-	7.845	-	7.845
CSLL e IRPJ diferidos	-	-	-	-	-	(7.008)	-	(7.008)
Resultado líquido do exercício	16.855	9.676	18.512	18.042	(102.394)	(53.081)	(67.027)	(25.363)
							Atribuído a acionistas não controladores (61)	(24)
							Atribuído a acionistas controladores (66.966)	(25.339)

(a) Os valores apresentados como “provisão para perda”, referem-se à:

Valor de R\$ 2.115 registrado em 31 de dezembro de 2018: Avaliação realizada pela Companhia relativa a teste de recuperabilidade de ativo (*impairment test*) sobre créditos em aberto junto a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda, conforme já mencionado na nota explicativa 8.

Valor de R\$ 973 registrado em 31 de dezembro de 2017: Avaliação de ativos registrados no grupo de propriedades para investimento.

32 – Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 – resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Quantidade de ações	7.100	7.100
Prejuízo líquido do exercício (consolidado)	(67.027)	(25.363)
Resultado diluído por ação	<u>(9,44029)</u>	<u>(3,57220)</u>

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

33 – Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2018, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Chao En Ming, Antonio Carlos Rago Cano, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis, no mesmo dia também foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composta por: Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora presidente, Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora, e Sr. Samuel Heydt como diretor de relações com investidores.

Com relação as controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., em assembleia geral ordinária realizada no dia 25 de abril de 2018, foram eleitos: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora, e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano, e quanto a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foram nomeados: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano.

Conselho de Administração

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis
Vice-Presidente

Chao En Ming
Conselheiro

Cynthia Christina da Silva Vello
Conselheira

Diretoria Executiva

Carla Luciane Diedrich
Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmann
Diretora

Samuel Heydt
Diretor de Relações com Investidores

Contador

Fernando Ataide Silva Jorge
Contador - CRC/RS 076618/O-0

Anexo IV – Parecer do Conselho Fiscal

A Companhia e suas controladas não instauraram Conselho Fiscal.

Anexo V – Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9, 1, II Instrução CVM n 481)

Não se aplica em virtude de Companhia ter registrado prejuízos nos últimos 3 anos.

Anexo VI - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia

De acordo com o disposto no art. 9º da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia deve fornecer até um mês antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Em atendimento a Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, reportamos os comentários dos administradores conforme item 10 da mesma instrução.

1) Comentário dos Administradores**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:****Receita Líquida**

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2018 foi de R\$ 199.562 (R\$ 190.423 em 2017), resultando em um aumento percentual de 5%, ocorrido basicamente pelo crescimento das vendas de industrializados de carne.

Despesas gerais e administrativas

Ao passo que a empresa apresenta aumento de sua receita líquida, as despesas gerais e administrativas consolidadas se mantiveram praticamente no mesmo patamar durante os dois últimos exercícios sociais, R\$ 7.283 em 2018 e R\$ 7.244 em 2017.

Despesas com vendas

As despesas com vendas durante o exercício de 2018 foram de R\$ 9.378 e para o exercício de 2017 foram de R\$ 8.082, sendo que este aumento de 16% está associado a aumento das vendas de industrializados. No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente as receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 4,24% em 2017 e 4,70% de participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas.

Rubricas	2018	2017
Receita Líquida	199.562	190.423
Despesas com Vendas	9.378	8.082
Relação %	4,70%	4,24%

Demais informações estão apresentadas no relatório da administração anexado a este manual.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) Hipótese de resgate

Não se aplica.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Referente aos compromissos financeiros, a Companhia informa que possui pequeno em aberto, no valor de R\$ 697 mil junto às instituições financeiras, conforme divulgado em nota explicativa nº 12, estas obrigações são pagas regularmente.

Cabe salientar, que a maior parcela dos compromissos assumidos referem-se a compromissos tributários, estes divulgados de forma detalhada nas notas explicativas nº 15 e 16.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Não se aplica, a Companhia não possui linha de crédito, o saldo em aberto junto a instituições financeiras, conforme divulgado em nota explicativa nº 12, refere-se a um acordo firmado junto ao Banco do Brasil e parcelas de consórcios firmadas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Bannisul,.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica, idem ao item “d”.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Conforme demonstrado no item “ii”.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado		
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	189	117	(a)
Bannisul – consórcio	-	-	-	-	40	39	
		Circulante	-	-	229	156	
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	236	1.056	(a)
Bannisul – Consórcio	-	-	-	-	232	261	
		Não circulante	-	-	468	1.317	

- (a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não se aplica.

1.2. Comentários dos Administradores

O comentário a seguir contempla os seguintes itens:

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Comentários estão apresentados no relatório de administração anexo a este manual.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nada a comentar

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não se aplica.

1.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nada a destacar.

c. Eventos ou operações não usuais

No ano de 2017 a Companhia fez adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, e doravante vem realizando grande avanço na revisão e regularização de seus passivos tributários, com intuito de garantir a manutenção e regularização de seus impostos e parcelamentos, as informações detalhadas sobre todas as informações tributárias estão contempladas nas notas explicativas nº 15 e 16.

1.4. Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia durante o ano.

a.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

a.3 Mudanças em Políticas Contábeis

Não houve mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia e/ou suas controladas durante o ano.

b. Ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor

Com base no Relatório dos Auditores Independentes, não houve ressalva, apenas uma ênfase, a qual informamos abaixo:

Provisão Crédito Prêmio IPI

Conforme detalhado na nota explicativa 7.a, a Companhia possui o montante de R\$ 34.369 mil, referente ao saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Este processo foi analisado pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório com probabilidade de perda como “provável”. Considerando a avaliação e o atual estágio da ação, a administração manteve o registro da provisão para perda constituída no exercício de 2017, com isso, não afeta a posição patrimonial da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

1.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- Provisões de natureza trabalhista,
- Provisão para contingências,
- Provisão para devedores duvidosos,
- Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*);

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Investimentos

Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM nº 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- Ativo intangível de vida útil definida; e
- Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM nº 644/10.

Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM nº 564/08.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- Quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e

- Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- Os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- Vida útil, “Impairment” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

Demonstração do valor adicionado – DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são

apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

Adoção as novas normas contábeis

A partir de 01 de janeiro de 2018, entrou em vigência as referidas normas contábeis:

- Instrumentos Financeiros - IFRS 09, convertido pelo CPC 48 e traduzido pela NBC TG 48 e CVM 763/16; e
- Receita de Contrato com Cliente - IFRS 15, convertido pelo CPC 47 e traduzido pela NBC TG 47 e CVM 762/16.

Principais alterações trazidas no CPC 47

As orientações previstas na norma NBC TG 47 – Receita de Contratos com Clientes revogam e compilam as informações anteriormente apresentadas nas normas NBC TG 17 – Contratos de Construção e NBC TG 30 – Receitas, todavia as alterações não provocaram mudanças nas práticas já adotadas pela Companhia. Em análise realizada sobre as alterações trazidas no CPC 47, cabe ressaltar as que produzem maior relevância, estas referem-se a: obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, sobre tais alterações a Companhia informa que tais critérios não interferem em suas operações já existentes, pois os contratos relativos a venda possuem forte análise preventiva em relação ao risco de crédito com clientes, bem como não há índice histórico de perdas sobre créditos, também cabe ressaltar que as receitas são reconhecidas somente se atendidos todos os critérios previstos no CPC 47, deste modo a

Companhia informa que está em Compliance com a referida norma e acrescenta que não fora afetada pelos impactos trazidos no CPC 47.

Principais alterações trazidas no CPC 48

De acordo com as orientações previstas na norma NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, foram alterados alguns dispositivos anteriormente previstos na norma NBC TG 38, de forma que a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, anteriormente estabelecida com critérios que previam a classificação como: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, passou a ser realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

1.6. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

1.7. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

1.8. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

1.9. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2018 os investimentos realizados pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos ficaram vinculados a equipamentos para produção de industrializados de frango, bem como melhorias nos processos industriais das demais unidades.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A fonte de financiamento dos investimentos são os fornecedores da Controlada Indireta.

iii. Dos investimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

1.10. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar

Anexo VII – Currículo dos Candidatos e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar:

Órgão: Conselho de Administração

Nome	Antonio Carlos Rago Cano	Chao En Ming	Cynthia Christina da Silva Vello	Welinton dos Reis Balderrama
Idade	54	62	45	65
Profissão	Corretor de Valores	Médico	Administradora de Empresas	Advogado
CPF	087.769.278-57	019.210.358-03	104.434.508-03	644.330.058-00
Cargo eletivo ocupado	Presidente	Conselheiro	Conselheira	Vice-Presidente
Data da Eleição	03/05/2019	03/05/2019	03/05/2019	03/05/2019
Data da Posse	03/05/2019	03/05/2019	03/05/2019	03/05/2019
Prazo do Mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Eleito Pelo Controlador?	Não	Não	Não	Não

Órgão: Diretoria

Nome	Carla Luciane Diedrich	Margareth Schacht Herrmann	Samuel Heydt
Idade	34	35	31
Profissão	Quimica	Quimica	Administrador
CPF	006.031.730-20	002.407.460-82	012.450.210-52
Cargo eletivo ocupado	Diretor Presidente	Diretor	Diretor de Relações de Investidores
Data da Eleição	03/05/2019	03/05/2019	03/05/2019
Data da Posse	03/05/2019	03/05/2019	03/05/2019
Prazo do Mandato	1 ano	1 ano	1 ano
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	N/A	N/A	N/A
Eleito Pelo Controlador?	Não	Não	Não

Eventuais alterações dos candidatos poderão ocorrer até o momento da realização da Assembleia.

Currículos

1. Antonio Carlos Rago Cano

Formação Acadêmica:

Corretor de Valores

Histórico Profissional:

Novinvest S/A. Corretora de Valores Mobiliários - Auxiliar de Pregão - Bovespa
Fonte S/A. Corretora de Câmbio e Valores - Auxiliar de Pregão - Bovespa
Escritório Levy Corretora de Valores Mobiliários Ltda. - Operador Mercado de Ações e Futuros
Sênior Corretora de Câmbio, Valores e Futuros Ltda. - Operador Sênior Mercado de Ações e Futuros.
Lloyds Bank Multiplic S/A. – Gerente de Operações Sênior - Mercado de Ações e Futuros
Multistock Corretora de Câmbio, e Valores S/A - Gerente de Operações Sênior Mercado Futuros BM&F
Banco Indusval Multistock S/A. - Assessor Comercial
BKL Corretora de Mercadorias S/A. – Gerente Sênior de Operações - Mercado Futuros BM&F
Minupar Participações S/A. – Vice-Presidente do Conselho de Administração - De 16/04/2015 a atual

2. Chao En Ming

Formação Acadêmica:

Graduado em medicina pela Faculdade de Medicina de Taubaté
Curso de Especialização - Residência Médica, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, São Paulo; Titulado em Terapia Intensiva.

Histórico Profissional:

Solidez Corretora de Cambio e Valores Mobiliários - Diretor Administrativo-Financeiro - De 1992 a atual
Minupar Participações S/A. - Conselho de Administração - De 11/04/2014 a atual

3. Cynthia Cristina da Silva Vello

Formação Acadêmica:

Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Bandeirantes –2003

Histórico Profissional

Solidez Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários - Gerente da área de Controles Internos/Compliance - De 1998 a atual
Minupar Participações S/A. - Conselho de Administração - De 11/04/2014 a atual

4. Welinton dos Reis Balderrama

Formação Acadêmica:

Bacharel em Direito - Faculdades Integradas de Guarulhos – Conclusão: 2001

Histórico Profissional

Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S/A – Diretor - abril/1.983

Isoldi S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. Departamento de Operações
Novembro/1995

Balderrama, Perez Advogados – Especialização em Mercado de Capitais - De 07/2005 a atual

Minupar Participações S/A - Conselho de Administração De 11/04/2014 a atual

Descrição de qualquer dos seguintes eventos ocorridos durante os últimos 5 anos:

Nome	Condenação criminal	Condenação em processo administrativo da CVM e penas aplicadas	Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer
Antonio Carlos Rago Cano	Não	Não	Não
Chao En Ming	Não	Sim. Multa Pendente de Recurso perante o CRSFN	Não
Cynthia Cristina da Silva Vello	Não	Não	Não
Welinton dos Reis Balderrama	Não	Não	Não
Samuel Heydt	Não	Não	Não

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

a. Não existe nenhuma relação entre administradores do emissor referidos nos itens “a” e “b”.

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Não ocorreu nenhuma das hipóteses dos itens “a” e “b”.

Anexo VIII - Informações sobre a remuneração dos administradores e conselheiros fiscais

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Remuneração dos Administradores

De acordo com o disposto na Lei 6.404/1976 e no § 2º do art. 18 do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Nesse sentido, será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2019, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). O Conselho de Administração, em reunião específica, procederá a distribuição individual.

De acordo com o disposto no art. 12, da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, sempre que a Assembleia Geral for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, aprovado na Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, as quais estão descritas a seguir:

a - Práticas de Remuneração

As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembleia Geral Ordinária e na Lei 6.404/76.

Os honorários anuais do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em 13 (treze) parcelas, sendo 2 (duas) pagas no mês de dezembro.

Anualmente, os honorários fixos são reajustados de acordo com parâmetros de inflação e, quando necessário, são procedidos alinhamentos a valores de mercado, baseados em pesquisa específica.

b – Remuneração reconhecida no resultado da Companhia - honorários (em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Conselho de administração	94	94
Diretoria executiva	72	720

Remuneração prevista para o exercício de 2019

Órgão, Nº de membros e Honorários

Órgãos	Membros	Remuneração
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	7	R\$ 250.000,00

c – Quantidade de ações direta ou indiretamente detidas, emitidas pela Companhia ou por sociedades controladas, por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em 31 de dezembro de 2018.

Companhia (Minupar Participações S/A.)

Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal

Órgão	Nº de ações
Conselho de Administração	722.768
Diretoria Estatutária	-

Valepar S/A. (Controlada Direta)

Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal

Órgão	Nº de ações
Conselho de Administração	-
Diretoria Estatutária	-

Ações Preferenciais Nominativas “A”, sem valor nominal

Órgão	Nº de ações
Conselho de Administração	-
Diretoria Estatutária	-

Sulaves S/A. (Controlada Direta)

Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal

Órgão	Nº de ações
Conselho de Administração	-
Diretoria Estatutária	-

d – Percentual da remuneração total de cada órgão, reconhecida no resultado referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos Controladores

Não há partes relacionadas nos órgãos da administração.

e - Valores reconhecidos no resultado de controladas (em milhares de reais)

Os valores reconhecidos no resultado de controladas, demonstrado nas tabelas abaixo, referem-se à remuneração de membros de suas Diretorias.

Controlada	2018		2017	
	Membros	Valor	Membros	Valor
Minuano	3	702	3	658
Valepar	3	-	3	-
Sulaves	3	-	3	-